



# CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

## ATA Nº 22/2021 DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

Aos sete dias do mês de Dezembro de 2021, às 18h47m, a Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (CECTEL) da Câmara Municipal de Ubá, presidida pelo Vereador Edeir Pacheco da Costa, deu início à uma reunião solicitada pela Associação dos Servidores Públicos do Município de Ubá (ASPMU) para tratarem do assunto relacionado ao rateio do FUNDEB. Além do Vereador Edeir Pacheco e a Presidente da ASPMU, Srª Maria José Firmiano de Paula, estiveram presentes os Vereadores José Maria Fernandes, Gilson Fazolla Filgueiras e José Roberto Reis Filgueiras. O Secretário de Educação do Município de Ubá, Samuel Gazolla Lima, a Professora Nilcea Nascimento e o advogado da ASPMU, Dr. Bruno Squizzato de Oliveira também estiveram presentes e foram convidados a compor a mesa.

Antes de iniciar a reunião, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Roberto, fez questão de contextualizar para os demais professores ali presentes o que chegou até eles através do ofício encaminhado pela Associação dos Servidores Públicos do Município de Ubá (ASPMU). Ele leu o ofício e reiterou que não só ele, mas que todos os demais Vereadores membros da Comissão de Educação se mostraram solícitos a conversar sobre o tema e, inclusive, entraram em contato com o Secretário de Educação, Samuel Gazolla, para que o mesmo também se fizesse presente. Ele lembrou que no final de semana anterior ao dia 07 de Dezembro, muitos Vereadores foram pressionados e cobrados nas redes sociais e também pelo Whatsapp para votarem favoravelmente. A grande questão é que até aquele momento nada havia chegado de concreto na Câmara e nenhum Vereador sequer havia manifestado como seria seu voto.

Passada a palavra ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, Vereador Edeir Pacheco, ele destacou a importância da reunião e se colocou à disposição para tratar do tema, lembrando que até o presente momento nada havia chegado a Câmara para apreciação dos Vereadores. Dito isto, o Presidente passou a palavra para a Professora Nilcea Nascimento para que a mesma contextualizasse melhor sobre a pauta e a importância do tema.

Nilcea então explicou que tudo começou com uma reunião entre ela e a Presidente do FUNDEB de Guidoval. Durante a conversa foi repassado para ela (Professora Nilcea) sobre o FUNDEB e os direitos dos professores (como seria feito, valores), tudo baseado em um estudo realizado ao longo dos últimos meses. Nilcea então disse que o FUNDEB pode ser distribuído através de um aumento salarial no qual muitos prefeitos tem buscado usar esta via, ou através de um RATEIO. Quem tem direito? Todos os profissionais que recebem relativos aos 70% do FUNDEB, sendo que secretários não teriam direito.

Dito isto, ela disse que movimentou os grupos de Whatsapp acerca deste direito que ela ganharia em Guidoval e achou viável e um direito também das professoras de Ubá. Pela Lei, ela disse que este dinheiro deveria “ser devolvido” aos Professores até o dia 31 de Dezembro e, por isto, a importância desta reunião na Câmara. Ela finalizou sua fala dizendo que a classe dos professores quer um posicionamento do Poder Executivo se será ou não repassado o dinheiro referente a este direito a eles.

Passada a palavra a Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Município de Ubá (ASPMU), Srª Maria José, a mesma agradeceu o espaço dado pela Câmara Municipal para tratar do tema. Ela lembrou que esta verba é uma verba vinculada, ou seja, só pode ser gasta com esta finalidade.



# CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

A Associação dos Servidores Públicos do Município de Ubá (ASPMU) defende que este rateio É UM DIREITO dos profissionais. Ela lembrou o tanto que os profissionais tiveram que se reinventar nesta pandemia, principalmente na parte da produção das aulas de forma remota. Ela pediu que este pedido fosse analisado com carinho e que este direito fosse respeitado.

Passada a palavra ao Secretário de Educação, Samuel Gazolla, o mesmo iniciou sua fala agradecendo a oportunidade de poder falar sobre o tema. Ele disse que estão em um momento crucial e queria sim dar a boa notícia naquele momento mas, infelizmente, eles do Poder Executivo ainda não definiram esta questão.

Samuel lembrou e reforçou que uma vez que o Poder Executivo encaminhar para a Câmara Municipal o Projeto referente ao repasse do FUNDEB, é óbvio que é desejo da Administração que ele seja aprovado. Todavia, até o momento de fato não foi encaminhado nenhum projeto de lei.

Samuel então falou sobre as mudanças que a lei vem sofrendo nos últimos tempos e que estas mudanças, principalmente as relativas ao FUNDEB, diziam respeito a remuneração dos profissionais, por exemplo. Ele citou o artigo 212-A que fala sobre o limite mínimo que os órgãos precisam investir, tanto a nível federal quanto municipal.

Samuel disse que as perspectivas no início deste ano não eram nada animadoras, muito por conta da Pandemia que o mundo enfrentava. Inclusive, havia uma perspectiva de queda de cerca de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) no repasse a menos por aluno/ano do FUNDEB, o que seria por volta de 8% do montante total. Só que essa perspectiva não se concretizou ao longo do ano. O Secretário Samuel seguiu falando sobre as especificações do FUNDEB e suas variáveis dependendo do Estado e município. Ele citou o aumento dos impostos que favoreceram para que o FUNDEB recebesse ainda mais recursos, o que aos poucos foi fazendo com que aquela perspectiva negativa no início do ano não se concretizasse mais. Isso porque a receita aumentou e a DESPESA DIMINUIU, uma vez que as contratações foram poucas nos primeiros meses do ano.

Samuel reforçou que 70% do novo FUNDEB tem que ser aplicado em remuneração dos profissionais. À partir do momento que diversas situações foram seclareando, Samuel disse que ele e sua equipe estavam buscando os números e dados para entender qual o cenário da cidade de Ubá e ter segurança jurídica e financeira para qualquer passo que vir a acontecer dali pra frente.

Ele reforçou que naquele momento ainda não tem nada definido. Ele até queria muito trazer isto de forma mais concreta e definida, mas ainda não há como garantir nada.

Passada a palavra ao Dr. Bruno Squizzato, advogado da Associação dos Servidores Públicos do Município de Ubá (ASPMU), ele iniciou agradecendo a Câmara Municipal em nome dos Vereadores Edeir Pacheco, Gilson Fazolla Filgueiras, José Maria Fernandes e o Presidente José Roberto, pelo espaço que sempre é dado a Associação dos Servidores Públicos do Município de Ubá (ASPMU). Ele perguntou ao Secretário se foi feita alguma consulta junto ao Tribunal de Contas sobre o FUNDEB e o impacto que ele teria? Samuel disse que não foi feita nenhuma consulta. Dr. Bruno também perguntou se atualmente há algum estudo sobre o impacto que este Projeto traria junto ao orçamento municipal por parte de vocês. Samuel então respondeu que a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo estudada e todas as demais Leis que envolvem o tema.

Dr. Bruno perguntou se a forma que será feita será, então, pelo “abono”? Samuel disse que sim, é o que eles pretendem naquele momento.

Dr. Bruno agradeceu o espaço e a todos os presentes.

A Presidente Maria José perguntou até quando o Projeto de Lei viria e se ele não chegasse até o dia



# CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

31 de Dezembro se o município poderia sofrer algum tipo de punição perante a Justiça. Samuel respondeu que na cabeça dele o prazo é até o dia 31 de Dezembro e que a aprovação da Câmara Municipal depende de um prazo regimental. Todavia, Projetos como este normalmente tem uma adesão e soma de forças junto aos Vereadores para que assim que o Projeto chegar, que ele tramite mais rapidamente na Câmara Municipal e os Vereadores possam votar o mais rápido possível.

Nilcea então pediu a palavra novamente e citou que o Abono não incidiria no Imposto de Renda. Outra coisa, segundo ela, é que o FUNDEB é do aluno e para o pagamento dos professores. Inclusive ela citou que antigamente o FUNDEF era especialmente para o ensino fundamental. O FUNDEB surgiu para repor as diferenças que o FUNDEF não conseguia solucionar e negligenciou, que neste caso seria o ensino médio, a EJA e a valorização dos profissionais. Nilcea disse que todos que trabalharam em 2021 terão direito ao rateio, independente se atualmente está trabalhando. Nilcea então perguntou ao Secretário Samuel, se elas receberão este rateio ou não.

Samuel disse que ele não tem como responder e disse que o recado do Prefeito é que ele e sua equipe estão sim trabalhando no assunto e que existe um tempo curto para resolver esta situação. Samuel disse que a folha de pagamento, ficha orçamentária, fonte de recursos, tudo isso é muito complexo e, por isto, estão reunindo todo o material para entender como garantir este direito. Só que na data de hoje, 7 de Dezembro, ele não pode garantir nada. Nilcea então perguntou se o Projeto iria chegar naquela semana ainda a Casa. Samuel disse que a previsão seria na outra semana e que contaria com o trabalho dos Vereadores para que o Projeto tramitasse de forma dinâmica.

O Vereador Edeir falou, então, que a Comissão já tem conversado com os técnicos da Prefeitura, juntamente do Prefeito e do Secretário Samuel para estar por dentro do assunto e é sim interesse deles, membros da Comissão, que o Projeto possa vir o quanto antes para que eles apreciem e possam contribuir naquilo que for possível. Edeir disse que isto é um desejo também do Presidente José Roberto, da Vereadora Aline e do Vereador José Maria.

O Vereador Edeir Pacheco então abriu para manifestações do público. As professoras Gisele Azevedo, Lívia, Eliana Miranda de Sá, Fabiana, Luciane Marques, Cláudia, Alice se manifestaram:

- Foi falado que a Classe dos Professores está desvalorizada. Eles recebem pouco e estão ansiosas aguardando um direito que é deles.

- Foi falado à respeito da folha de pagamento e que 90% da folha já estava pronta, sendo o pagamento previsto para o dia 29 de Dezembro e o 13º para o dia 17 de Dezembro. Elas queriam saber se irá ou não acontecer este repasse do FUNDEB e qual a data, só isso.

- Perguntaram o motivo do Prefeito não ter ido e porque todos os cálculos não foram feitos antes? Só começaram a ver esta questão depois que a classe começou a se movimentar. Elas querem saber qual a data que receberão?

Samuel respondeu que não foi feito antes porque não existia número algum e que à partir de Agosto, Setembro, começaram a perceber algumas situações que poderiam contratar, aumentar a folha com novos profissionais. Este assunto já estava sendo debatido dentro da Secretaria mas havia a falta de números mais concretos. Além disto, diversas decisões de tribunais foram aparecendo, o que começou a dar mais segurança jurídica a eles

- Foi perguntada qual a intenção do Prefeito acerca deste Projeto. Samuel disse que o Prefeito quer que esta decisão seja debatida e que tenham confiança jurídica para tal. Caso ele não faça, haverá as



# CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

implicações jurídicas cabíveis e este recurso não voltará. Samuel destacou que nunca deram tanta chance de emprego como neste ano. Realmente contrataram muitos profissionais e isto foi um marco para a Educação.

- A Professora Eliana disse que os responsáveis ali presentes tinham que se comprometer todos eles em conseguir que fosse pago os professores e que elas tinham que sair dali com essa certeza. Ela disse que caso o Samuel não conseguisse o recurso, ela no lugar dele sairia do cargo. Ela acha que ele tem que colocar com mais ênfase com o Prefeito a necessidade das Professoras e conseguir o recurso para elas.

- Foi colocado que em determinadas escolas tem 1 professor de apoio para cada 1 criança especial (PNE), sendo que a média é de 1 professora para cada 3 crianças especiais. Samuel disse que a questão do professor de apoio a regra de 3 para 1 aluno é da Rede Estadual. Samuel reforçou que no ano passado ele esteve em sala de aula e sabe muito bem de todas as dificuldades enfrentadas na Pandemia. Tanto que este ano de 2021 eles buscaram mudar muita coisa para deixar menos oneroso para os professores este trabalho que ficou ainda mais puxado na Pandemia.

- Foi perguntado se caso não seja repassado o dinheiro, qual a destinação dele. Samuel disse que o dinheiro potencializaria as remunerações do ano que vem e que o dinheiro pode ficar pro ano que vem. A consequência jurídica todos sabem e são claras. Não existe DEVOLUÇÃO do recurso.

- Samuel falou um pouco sobre quais serão os padrões que eles pretendem usar para definir os direitos de cada profissional. Samuel disse achar justo pegar o ano letivo e dividir por dias trabalhados. Quem tem dois empregos, iria aumentar este cálculo. Só que ele reforçou que ainda não há nada definido e que estudos estão sendo feitos para adequar a melhor forma. Por enquanto são apenas análises preliminares.

Dada a palavra aos professores, o Presidente da Câmara, Vereador José Roberto, mais uma vez destacou que a Câmara Municipal estará à disposição para contribuir no debate e que receberá o Projeto e analisará o mais rapidamente possível. Ele reforçou a consciência do Prefeito em procurar ter a segurança jurídica necessária para encaminhar o Projeto para esta Casa. O momento é de debate entre todos para que o Projeto venha o quanto antes.

Foi definido que seria marcada uma audiência entre os membros (A Mesa Diretora e os Vereadores ali presentes, além do Secretário de Educação Samuel, a Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Município de Ubá (ASPMU), Maria José, o Dr. Bruno Squizzato e a Professora Nilcea) juntamente com o Prefeito Edson para tratarem do assunto. Será feito o ofício por parte da Comissão de Educação e será encaminhado ao Prefeito para que o mesmo marque o dia da reunião.

O Vereador José Maria pediu a palavra e falou que qualquer Vereador vai buscar tirar um proveito político do tema, e que ele aconselharia aos interessados a fazerem um requerimento público diretamente ao Poder Executivo para tirarem as dúvidas relativas a situação. Outra coisa que ele levantou foi de uma fala da Professora Nilcea de que “graças a Deus está vindo muito dinheiro para a Educação”. E ele ficou feliz com essa manifestação e torce para que venham muitos outros recursos. Ele reforçou que a Câmara é a casa do povo e que sempre estará de portas abertas para os professores e todas as outras classes. É dever deles estarem ali ouvindo as demandas da população ubaense.



# CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

O Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, Vereador Edeir Pacheco, agradeceu a presença de todos e disse que farão o documento para ser protocolado no gabinete do Prefeito para que a reunião seja marcada entre eles e o Chefe do Poder Executivo.

Nada mais havendo a tratar, a reunião se encerrou às 21h23m.

---

Vereador Eden Pacheco da Costa  
Presidente da Comissão

---

Vereador José Maria Fernandes  
Membro da Comissão

---

Sônia Vidal  
Vereadora Aparecida Sônia Ferreira Vidal  
Membro da Comissão